

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
LFE – NEGÓCIOS AGROINDUSTRIAIS

**PRODUZIR PARA O AUTOCONSUMO: UMA ANÁLISE DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA/RS**

Júnior Hagemann

Lajeado, novembro de 2015

Júnior Hagemann

**PRODUZIR PARA O AUTOCONSUMO: UMA ANÁLISE DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA/RS**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho Conclusão de Curso II, do Curso de Administração – Lfe Negócios Agroindustriais, como exigência parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Ma. Cíntia Agostini

Lajeado, novembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, por me dar força e saúde durante essa longa trajetória de curso, na preparação para a formação em Bacharel em Administração.

Aos meus pais, por não me deixarem desistir em nenhum momento, sempre me apoiando e dando força, não medindo esforços para que eu pudesse realizar esse sonho.

À minha irmã, pelo apoio e pela ajuda em todos os momentos.

À minha esposa e à minha filha, que souberam entender os momentos em que não pude estar aos seus lados e, mesmo assim, continuaram me incentivando nos momentos de maior dificuldade.

Aos meus avôs, em especial ao meu avô Edio Hagemann, que sempre me aconselhou e me orientou a enfrentar todos os desafios nestes anos de curso.

Aos professores, colegas de curso e, em especial, à professora Ma. Cíntia Agostini, que não mediu esforços durante a orientação do Trabalho de Conclusão, sempre disponível para me auxiliar em todos os momentos nos quais necessitei, pelo profissionalismo na condução do trabalho.

À Liane Brackmann, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teutônia e de Westfália (STR), pelas informações e pelo auxílio.

Às famílias rurais do município de Teutônia que participaram das entrevistas, pela receptividade e cordialidade em suas residências.

Por fim, aos meus amigos e demais familiares que me apoiaram, acreditaram e compartilham comigo esta conquista.

RESUMO

O agronegócio é um setor relevante na economia brasileira, visto que o Brasil é um dos maiores produtores de grãos e de carne do mundo. Grande parte dessa produção é originária da agricultura familiar, ou seja, no país, 84% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar, porém correspondem a somente 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais. No Vale do Taquari, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, praticamente em todos os municípios nos quais prevalece a produção primária, é a agricultura familiar que se destaca, e são essas propriedades que ainda mantêm o costume de produzir parte dos alimentos para o consumo familiar, tanto para diminuir seus custos com o consumo como também privilegiando a segurança alimentar, a origem dos alimentos e principalmente, o seu modo de produção. Mas o que se percebe, hoje, são propriedades que não praticam esse processo, optando por comercializar seus produtos no mercado. Este estudo tem como principal objetivo analisar quais fatores determinam a produção para o autoconsumo nas propriedades familiares, como também mensurar a renda não monetária a partir dessa produção no município de Teutônia/RS. O estudo foi realizado através de uma pesquisa de campo de caráter exploratório e qualitativo. A realização da pesquisa foi feita através de gravações e da análise dos conteúdos das opiniões obtidas com as mulheres familiares, visto que são elas que conhecem melhor a dinâmica do consumo de alimentos, e conseqüentemente sobre os principais fatores que determinam a produção para o autoconsumo. Como resultado, obteve-se que esta prática está diminuindo nas propriedades, entretanto, o que ainda mantém essa produção que vem de gerações se trata de questões referentes à segurança alimentar e à renda.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Autoconsumo. Propriedades rurais. Segurança alimentar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de propriedades que produzem determinado produto.....51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de pesquisa e sua classificação31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características das propriedades	45
Tabela 2 – Características dos entrevistados.....	47
Tabela 3 – As refeições são feitas em conjunto, onde ocorrem os maiores gastos da família e onde adquirem seus alimentos.	49
Tabela 4 – Representatividade da produção para o autoconsumo na renda familiar.	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMVAT – Associação dos Municípios do Vale do Taquari;

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;

COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul;

EMATER–RS – Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural;

FEE – Fundação de Economia e Estatísticas;

HA – Hectares;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

PIB - Produto Interno Bruto;

RS – Rio Grande do Sul;

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Delimitação do tema	11
1.2 Problema de pesquisa	11
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Objetivo geral	13
1.3.2 Objetivos específicos.....	13
1.4 Justificativa.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Agronegócio	15
2.6 Agricultura	17
2.6.1 Agricultura familiar.....	19
2.6.2 Pluriatividade.....	23
2.7 Autoconsumo	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 Tipos de pesquisa	30
3.1.1 Definição da pesquisa quanto a natureza da abordagem.....	31
3.1.2 Definição da pesquisa quanto aos seus objetivos.....	32
3.1.3 Definição da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos	33
3.1.3.1 Pesquisa bibliográfica	33
3.1.3.2 Pesquisa documental.....	34
3.1.3.3 Pesquisa de Campo	34
3.2 Unidade de análise ou população-alvo do estudo	35
3.3 Plano de coleta dos dados	36
3.4 Plano de análise dos dados	38
3.5 Limitações do método	39
4 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE TEUTÔNIA/RS	41
5 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	44
5.1 Características das propriedades e entrevistados.....	45
5.2 Percepção passado versus presente	48
5.3 Autoconsumo	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55

REFERÊNCIAS.....58
APÊNDICES62

1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos, apesar das percepções diversas, é indispensável a todos. De forma geral, o agronegócio é visto a partir das grandes produções exportadoras, no entanto, a maior parte do que é consumido no Brasil é produzido por sujeitos vinculados à agricultura familiar.

A importância do setor agropecuário no contexto econômico não se restringe somente à sua produção (recursos que gera) ou aos empregos que oportuniza, mas, principalmente, pelo simples fato de ser a base primária para tudo, ou seja, a alimentação. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro fechou o ano de 2014 com crescimento de 0,1% num total de R\$5,5 trilhões, o setor agropecuário obteve um crescimento de 0,4% no ano, somando um total de R\$262 bilhões, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), indicando que o setor agropecuário contribuiu positivamente para o crescimento da economia brasileira.

Conforme Flores, Ries e Antunes (2006), o setor agropecuário sempre era tido como um segmento da economia mais atrasado em relação à utilização de novas tecnologias e das técnicas administrativas. Contudo, a partir da década de 1970, mudanças profundas ocorreram na agricultura brasileira.

Essas mudanças se dão por ações políticas, sociais, econômicas e culturais, que transformaram a velha característica do setor rural brasileiro denominado pequena agricultura, ou, anteriormente, denominado agricultura camponesa - em que os produtores produziam seu próprio alimento e, inclusive, aproveitavam o

excesso da produção para trocar com seus vizinhos - em um amplo processo de mercantilização da agricultura, que transformou esta última, deixando de lado a enxada, a tração animal, a carroça, a colheita manual, entre outros, para dar lugar a novas tecnologias de produção, sendo adotadas novas práticas e novos meios para se produzir.

Segundo Silva (2011), essas mudanças ocasionadas no meio rural, com o uso de agrotóxicos e o desmatamento, modificaram o entendimento da forma de como fazer a agricultura e de como produzir alimentos. Essa modernização foi impulsionada, principalmente, pelo poder público, através de incentivos para a aquisição de novas tecnologias e novos equipamentos.

Na agricultura familiar, os produtores produzem seus alimentos para o autoconsumo e subsistência, além da produção com geração excedente para a venda. Entretanto, com as novas tendências para as quais o meio rural se encaminhava, as preocupações com essa produção começaram a ser analisadas no ponto em que essa transformação seria capaz de enfraquecer a produção, alterando, assim, a característica de agricultura familiar. Conforme diversos estudos, a nova agricultura brasileira não eliminou essa característica, porém na agricultura empresarial, onde a propriedade não é familiar, sua gerência e o trabalho não é desempenhado pelos membros familiares, a produção para o autoconsumo não é destacada.

Conforme Grisa e Schneider (2008), a produção para o autoconsumo é um tema sem muita importância e pouco discutido, mas que desenvolve importante papel como renda não monetária, que fortalece a segurança alimentar, abordando questões de sociabilidade e de identidade social.

Assim, a produção para o autoconsumo, um assunto pouco abordado por autores e nem discutido pela cadeia do agronegócio, é relevante, principalmente, nas propriedades familiares, destacando sua função de gerador de renda, ou seja, a possibilidade de não haver gastos familiares para o consumo de certos bens produzidos na propriedade, o fator da sociabilidade, isto é, a interação com os

vizinhos, a segurança alimentar, sabendo desta forma, a origem do produto a ser consumido.

1.1 Delimitação do tema

O estudo buscou analisar quais os principais fatores que podem determinar a produção de alimentos para o autoconsumo nas propriedades rurais localizadas no município de Teutônia- Rio Grande do Sul (RS). Três aspectos, conforme citados, são explícitos pelos autores para que a referida produção aconteça, assim como renda, sociabilidade e segurança alimentar. Assim, o estudo questionou as mulheres das famílias rurais de Teutônia, visto que são elas que cuidam da parte alimentar da família, buscando perceber se esses aspectos estão presentes na produção e no consumo destas famílias.

Para tanto, no embasamento teórico, foram utilizados autores que abordam assuntos como o agronegócio, a agricultura, a agricultura familiar, a pluriatividade e o autoconsumo nas propriedades rurais. Participaram do estudo, os donos das propriedades rurais, dando ênfase nas entrevistas às mulheres. Ainda foram entrevistados, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)-Teutônia e o representante da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS). As entrevistas foram aplicadas nas propriedades rurais que produzem alimentos para o autoconsumo, residentes no município de Teutônia/RS. O desenvolvimento do estudo foi no segundo semestre de 2015.

1.2 Problema de pesquisa

A agricultura familiar, vinculada às tradições e às condições de produção para a subsistência e para o autoconsumo, passaram, nas últimas décadas, por mudanças significativas. Fatores como a mecanização, a tecnificação, o uso de agrotóxicos e a produção em escala, além das dificuldades na sucessão familiar,

fizeram com que se alterassem as características das propriedades familiares. O presente estudo não se atém em discutir estas dinâmicas, considera que estão presentes e alteram as estruturas das propriedades familiares. A abordagem enfatiza uma das mudanças que ocorreram neste processo: a produção para o autoconsumo.

Produzir para o autoconsumo vai além da subsistência, pois a produção para a subsistência se limita a produzir somente para o consumo familiar. A produção para o autoconsumo, por sua vez, considera que a propriedade produz itens para a venda, isto é, parte do seu consumo é adquirido no mercado, enquanto parte ou alguns itens não são comercializados, ou seja, são produzidos para o consumo familiar.

Alguns fatores são apontados por especialistas para a queda na produção para o autoconsumo. Destacam-se como aspectos impeditivos para o autoconsumo a falta de mão de obra, a profissionalização das atividades da propriedade, e pouco tempo para dedicar à referida produção.

Porém, algumas propriedades ainda conseguem manter viva a produção de parte de seus alimentos, mas sem mensurar a representatividade dessa produção em sua renda ou nas condições de vida. Enfatiza-se que a produção nestas condições possibilita melhorias nos aspectos da segurança alimentar, na interação social e na renda.

Dentro deste contexto, este trabalho procurará responder ao seguinte questionamento: quais são os fatores que determinam a produção para o autoconsumo nas propriedades familiares de Teutônia/RS?

1.3 Objetivos

A seguir, propõe-se a atender aos seguintes objetivos: geral e específicos.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar os fatores que determinam a produção para o autoconsumo nas propriedades familiares de Teutônia/RS.

1.3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as propriedades rurais abordadas;
- Identificar os alimentos autoconsumidos nas propriedades rurais;
- Identificar quais fatores determinam para a produção para o autoconsumo;
- Mensurar a renda não monetária a partir da produção para o autoconsumo.

1.4 Justificativa

A revolução nas pequenas propriedades familiares fez com que a produção para o autoconsumo, antes bem definida, fosse perdendo espaço para a produção e para a venda dos produtos no mercado e, conseqüentemente, a aquisição de alimentos no comércio varejista.

No entanto, não se tem clareza da representatividade dessa produção no Vale do Taquari. Assim, o trabalho se justifica, pois aborda um tema fundamental à região e destaca teórica-cientificamente a necessidade de discutir a produção para o autoconsumo.

Em relação aos agricultores, o trabalho abordou se eles identificam a importância dessa produção quanto à segurança alimentar, à interação social e aos aspectos econômicos.

No que diz respeito à comunidade, o estudo auxiliará na questão da

sociabilidade entre as famílias e na transmissão de conhecimentos, além das perspectivas de trabalhar o tema com agricultores familiares.

Academicamente, o projeto agregou valores no conhecimento de como os produtores administravam suas propriedades em relação à produção para o autoconsumo, e se hoje ainda mantêm esses métodos, ou somente administram suas propriedades para a produção externa.

Aos acadêmicos, este estudo auxiliará como ferramenta para eventuais estudos sobre o tema autoconsumo nas propriedades rurais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são abordados diversos autores, analisando temas como o agronegócio, a agricultura, a agricultura familiar, a pluriatividade e o autoconsumo, todos com o intuito de auxiliar na discussão empírica.

2.1 Agronegócio

Algumas pessoas definem agricultura como uma atividade de arar o solo, plantar semente, fazer a colheita, ordenhar as vacas e tratar os animais. Definitivamente, essa era a definição de agricultura até o início da década de 1960 (JÚNIOR E MENDES, 2007).

Mas com os avanços tecnológicos, a partir da década de 1960, a industrialização e a modernização da agricultura fizeram com que alguns conceitos fossem revistos. A antiga definição que agricultura era somente rural, autossuficiente, foi repensada, uma vez que a dependência estava cada vez maior dos serviços, máquinas e insumos fora da propriedade rural. Assim como a dependência dos fatores que ocorrem após a produção, como armazéns, infraestrutura (estradas, portos), agroindústria (transformação dos produtos) e exportação (ARAÚJO, 2009).

Pode-se destacar, a partir da década referida, transformações na área da mecânica: tecnologias que visavam à substituição do trabalho humano e a força

animal pela utilização do trator. E na área química, na qual houve o surgimento de herbicidas para a substituição parcial do trabalho, com a finalidade de se obter uma maior produtividade por área (JÚNIOR E MENDES, 2007).

De acordo com Mendes (1989), após conversas e pesquisas com fazendeiros e agrônomos, notou-se que em uma propriedade rural não bastava somente o agricultor ter a habilidade de cultivar as plantas e criar animais. Para obter sucesso na sua atividade, os agricultores devem, também, possuir conhecimento na área administrativa da propriedade rural, no manuseio da safra, ter noção dos custos de produção e, ainda, analisar qual a melhor atividade para sua propriedade a fim de trazer melhores resultados.

Com essas mudanças, origina-se o termo agronegócio, que envolve todas as atividades antes da porteira (termo utilizado na produção e na comercialização de insumos, como adubos, sementes, defensivos agrícolas), dentro da porteira (a produção agropecuária) e depois da porteira (a transformação do produto agrícola, beneficiamento, comercialização até o consumidor final) (ARAÚJO,2009).

Conforme Junior e Mendes (2007, p.48), o agronegócio é a “soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles”.

O termo agronegócio se trata da tradução da palavra inglesa *agribusiness*, desenvolvida em 1957 pelos pesquisadores americanos John H. Davis e Ray A. Goldberg, que definem como “(...) o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários ‘in natura’ ou industrializados” (ARAÚJO, 2009, p.16).

No Brasil, o termo agronegócio só começou a ser adotado em livros e jornais a partir da segunda metade de 1990, mais precisamente na Bahia, com discussões

e com a criação de cursos superiores de agronegócios (FEIJÓ, 2011).

Em conformidade com dados da Faculdade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) de Tecnologia, o PIB brasileiro fechou o ano de 2014 em R\$ 5,5 trilhões. Deste montante, o agronegócio correspondeu com 21,3%, num total de R\$ 1,178 trilhão. A importância do agronegócio na economia brasileira é indiscutível, com suas produções de soja e milho batendo recordes a cada ano, contribuem para o crescimento do PIB e para a diminuição do *déficit* da balança comercial brasileira.

Em resumo, o agronegócio engloba diversos setores e subsetores, agentes e instituições. É a soma de toda a cadeia produtiva, desde empresas que desenvolvem tecnologias de insumos e maquinários, os agricultores, as agroindústrias que processam e transformam a produção, a comercialização (distribuição) e o consumidor, além dos serviços de apoio.

Compõem o agronegócio, a pecuária e a agricultura, como as produções que geram o negócio. Assim, a definição para agropecuária é a “teoria e prática da agricultura e da pecuária nas suas relações mútuas” (LUFT, 2000, p.47). Ou seja, pode-se definir agropecuária como técnica para o uso da terra na produção, desde o cultivo de culturas até a criação de animais.

Neste trabalho, o enfoque foi dado à agricultura no papel da agricultura familiar e à produção para o autoconsumo. Assim, na sequência, discute-se a formação histórica da agricultura e seu papel na economia brasileira.

2.6 Agricultura

No início das civilizações, os homens viviam em bandos, nômades. Como sua alimentação era o que a natureza lhes fornecia, suas mudanças ocorriam devido à escassez de alimentos. Em concordância com Araújo (2009), com o passar dos anos, houve a descoberta que se fossem lançadas sementes ao solo devidamente,

as mesmas poderiam germinar, crescer e originar frutos, e que animais poderiam ser domesticados e criados em cativeiros. Isso resultaria na fixação do homem a lugares pré-definidos, originando o começo da agropecuária.

Segundo o Minidicionário de Língua Portuguesa *Luft*, define-se como agricultura “1. Arte de cultivar os campos. 2. Cultivo da terra; lavoura” (LUFT, 2000, p.46). E pecuária como a “arte e indústria de criar e tratar gado. Atividade econômica que visa à criação de gado de modo racional” (LUFT, 2000, p.508).

De acordo com Araújo (2009, p.15), “as propriedades praticamente produziam e industrializavam tudo de que necessitavam. Assim, eram quase auto-suficientes”. Isso era uma referência à agricultura, para a qual se definiam todas as atividades desenvolvidas no meio rural, que praticamente eram realizadas dentro da porteira.

Vários fatores podem definir o tipo de agricultura, através de suas peculiaridades e até mesmo o inter-relacionamento com outros setores, como: as técnicas e fatores de produção, a rentabilidade, o grau de integração com os mercados internos ou internacionais, e até mesmo o uso ou a destinação dos produtos gerados (ACCARINI, 1987).

Ainda conforme Accarini (1987), os tipos de agricultura são: a agricultura tradicional ou moderna, a de subsistência ou comercial, de mercado interno ou de exportação, a agricultura de baixa renda, e a energética e alimentar. É dado destaque para a agricultura de subsistência, como o próprio nome já menciona, vive voltada para si mesma. Não possui o objetivo de produzir para comercializar, e sim, alimentar as suas próprias famílias.

No sentido absoluto do termo, uma agricultura de subsistência é uma agricultura de economia natural que não comporta troca de produtos, dedicando mais de dois terços de seu solo e de seu trabalho às produções de autoconsumo. [...] a agricultura de subsistência vive uma espécie de círculo vicioso: produz e vende pouco e, como consequência, pouco que adquirir de outros setores, sejam bens de consumo ou fatores de produção. Assim, acaba dispondo de baixo potencial produtivo e o círculo se fecha. (GEORGE *apud* ACCARINI, 1987).

Ao contrário da agricultura de subsistência, a agricultura comercial tem por finalidade a produção de excedente para a venda. Também conhecida como agricultura capitalista ou de mercado (interno ou de exportação). Outra característica se trata da contratação de trabalhadores, de pessoas especializadas, com o intuito de produzir em escala, adotando melhores técnicas e métodos de produção (ACCARINI, 1987).

De acordo com o mesmo autor, a agricultura comercial rompe com o círculo vicioso da agricultura de subsistência, oportunizando a comercialização e a industrialização dos produtos. No entanto, a agricultura familiar decorre em muito da agricultura de subsistência e nem tudo é, nos termos do autor, vicioso. Parte da produção que era de subsistência hoje pode ser para o autoconsumo, ou seja, a família produz parte para a comercialização e parte a utiliza no seu consumo.

E é nestas condições que o trabalho percebe e discute a agricultura familiar, tendo um papel diferenciado da agricultura comercial. A seguir, destacam-se os aspectos mais relevantes sobre esse tema.

2.6.1 Agricultura familiar

O termo agricultura familiar começou a ser denominado na literatura a partir dos anos 1990. Inicialmente, a definição para agricultura familiar era um “estabelecimento rural no qual a gerência da propriedade é feita pela própria família que a ocupa. Neste estabelecimento, o trabalho, em sua maior parte, é desempenhado pela família” (FEIJÓ, 2011, p.129).

Ainda conforme o autor, a contratação de mão de obra de terceiros ocorria somente esporadicamente e, caso isso ocorresse, o número de trabalhadores temporários não podia superar 25% do total de trabalhadores familiares.

Em 1964, através da Lei nº 4.504, a definição da agricultura familiar já era mencionada, porém só em anos mais recentes que o conceito se tornou popular. A

lei descrevia:

“é o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros” (FEIJÓ, 2011, p.129).

Em conformidade com o IBGE (2015), mais de 80% das propriedades rurais brasileiras são da agricultura familiar, estas são responsáveis por 70% dos alimentos produzidos no Brasil. Esses dados refletem a relevância da produção para o consumo interno a partir da agricultura familiar.

Segundo Feijó (2011), antigamente, para uma propriedade se enquadrar no universo da agricultura familiar, algumas características deviam ser respeitadas, como: não pode ocorrer despesas com empreitadas; não se contrata trabalhadores em regime permanente; e a área total da propriedade deve ser menor que 500 hectares nas regiões do Sul e Sudoeste do Brasil, enquanto nas demais regiões do país, 1000 hectares.

A definição de agricultura familiar por Abramovay (2003) considera que a gestão, a propriedade e grande parte do trabalho sejam oriundas de membros da família, desde que tenham laços de sangue ou de casamento entre si. Para o autor, é compreensível a não unanimidade da definição, visto que para cada finalidade pode ser interpretada de outra maneira. Para a obtenção de crédito, a sua definição é diferente numa quantificação estatística num estudo acadêmico.

Schneider (2003) explana que a expressão agricultura familiar começou a tomar forma no âmbito social e político brasileiro a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Estado brasileiro criou este programa nos anos 90 com a finalidade de prover crédito agrícola para os pequenos produtores rurais de forma mais estável, pois antes da referida década, a cada ano os agricultores sofriam para se manter na atividade com as diversas políticas públicas dos governos não implementadas ou alteradas.

Como expõe Feijó (2011), a partir da oficialização do PRONAF, através do Manual do Crédito Rural, o agricultor familiar não poderia superar um teto anual de renda; outra questão era que 80% da sua renda deveria ser oriunda da exploração agrícola; e o tamanho da propriedade familiar não poderia ser maior que 4 módulos fiscais. Na nova definição, a propriedade familiar pode contratar, no máximo, dois trabalhadores permanentes e, ainda, alguns temporários, conforme o período da atividade.

Em 24 de julho de 2006, foi aprovada a Lei Nº 11.326, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (Apêndice A). A lei aprovada estabeleceu novas definições para o que se define como agricultor familiar, o qual deve atender aos seguintes critérios:

- “não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais”;
- “utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”;
- “tenha renda familiar predominante originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento”;
- “dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2015).

Além dos critérios para a definição do agricultor familiar, os tamanhos das propriedades rurais também são classificados, de acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629/93:

Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
Média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais;
Grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais, de acordo com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA,2015).

A partir de dados apurados em INCRA (2015), módulo fiscal é uma unidade

de medida, também expressa em hectares, que cada município determina sua representatividade. Com base em EMATER-RS, 2013, o município de Teutônia estipulou que cada módulo fiscal corresponde a 18 hectares. Então, para que a propriedade rural no município de Teutônia se enquadre como sendo uma propriedade familiar, não poderá possuir mais que 72 hectares, além de outros fatores já mencionados.

Uma das características da agricultura familiar, segundo Schneider (2003, p.32), considera “os grupos sociais com pequenas extensões de terra e que utilizam fundamentalmente o trabalho da família na execução dos processos produtivos”.

Porém, consoante Lamarche (1993, p.15), “a exploração familiar [...], corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. A inter-relação desses fatores na exploração origina conhecimentos mais concretos e complexos a respeito da transmissão do patrimônio, ou seja, a questão da sucessão familiar e a reprodução da exploração.

Contudo, a definição do conceito de agricultura familiar ainda é cercada por indecisões, incertezas. Nesse sentido, Feijó (2011, p.160) menciona que a “agricultura familiar, trata-se de uma forma organizacional do setor, na qual o agente preponderante do processo de produção é a própria família responsável pelo estabelecimento em questão”, porém o autor cita que existe a agricultura patronal, uma menção contrária à agricultura familiar, na qual a mão de obra utilizada na propriedade é de assalariados contratados.

Ainda de acordo com o autor, diversos estudiosos afirmam que a pluriatividade está sendo uma das formas encontradas pelos agricultores de se manterem e se reproduzirem no campo. Assim, a seguir, destaca-se a discussão da pluriatividade como a possibilidade de viabilidade dessas propriedades familiares.

2.6.2 Pluriatividade

Para Schneider (2003), o significado de pluriatividade diz respeito aos moradores membros de uma unidade que não ocupam todo tempo de trabalho nas atividades agrícolas, ou, ainda, unidades agrícolas (propriedades rurais) que possuem diferentes formas de rendimento.

Este processo de diversificação dentro e fora da propriedade, além das emergentes atividades que estão tomando lugar no meio rural, pode ser definido por Fuller *apud* Schneider (2003, p 79):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...]. A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas [...].

O significado de pluriatividade na agricultura familiar não se refere, somente, à questão de estar inserido no meio rural e ter a sua remuneração fora da propriedade, mas pode se definir como atividade de pluriatividade, sendo a diversificação de atividades dentro da propriedade, como a inserção de uma agroindústria na propriedade, também denominada agregação de valor ao produto in natura. Ou, simplesmente diversificar com outras culturas de produção, não se limitando a somente a uma fonte de renda.

A pluriatividade é uma forma atual encontrada pelas propriedades rurais para se manterem. Associada a outros fatores, pode estimular a sucessão familiar, a permanência dos jovens no meio rural, e quando vista a partir do seu vínculo com o autoconsumo, pode ser tratar de um aspecto que reforça a melhoria da renda e a interação social (SCHNEIDER, 2003).

Assim, o próximo item aborda o tema do autoconsumo e como este é visto e articulado na agricultura familiar. O foco do presente trabalho se dá na produção para o autoconsumo e quais os fatores que levam os agricultores de Teutônia a produzir para o autoconsumo.

2.7 Autoconsumo

A diferenciação de camponeses para povos primitivos, segundo Wolf (1976), considera que uma sociedade primitiva produz seu próprio alimento e o excedente é trocado por bens e serviços. Enquanto os camponeses produziam os alimentos e os excedentes repassavam aos dominadores, ou melhor, aos que governavam e que, subsequentemente, negociavam com outras pessoas que não cultivavam a terra, mas que precisavam de alimento.

Andrade et al. (1990), define unidade camponesa sendo um tipo de unidade de produção que se caracteriza pelo baixo capital de implantação. Uma característica predominante é a do trabalho não remunerado, que significa mão de obra familiar. Neste tipo de unidade, a comercialização é baixa, uma vez que se produz somente o que será consumido pela família.

A produção para o autoconsumo é interpretada por Gazolla, Grisa e Schneider (2010), como uma ferramenta utilizada pelas unidades familiares com o objetivo de conseguir seu alimento. Esse alimento segue direto da unidade de produção para a mesa da família, sem sofrer intermediação, acarretando no seu valor.

Nesse sentido, Garcia Jr apud Gazolla, Grisa e Schneider (2010, p.73) explicita que “ao autoconsumir diretamente durante parte do ano, as unidades familiares diminuem o tempo em que estão expostas à flutuação dos preços pagos ao consumidor, reduzindo os momentos em que são apenas consumidoras”.

Em conformidade com Wolf (1976), o autoconsumo é “uma característica que

pode ser descrita como genuína às formas sociais familiares, pois é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas”.

A produção para o autoconsumo também é denominada como mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e produção “pro gasto”, denominação esta mais conhecida popularmente. Essas são algumas denominações que a produção para o autoconsumo atribui, contudo, esta produção é definida como sendo produzida pela família para o seu consumo (Grisa; Schneider, 2008).

Para Gazolla e Schneider (2007), os camponeses, ao realizarem suas atividades e tarefas, organizam pensando sempre no equilíbrio familiar, ou seja, entre o consumo e o trabalho da família, observando o tamanho e a composição do grupo familiar (número de consumidores e trabalhadores diferenciados por sexo e idade), e ainda as necessidades que resultam.

Chayanov *apud* Gazolla e Schneider (2007, p. 92) mencionam a definição de unidade familiar e o que quer dizer unidade de consumo:

A unidade de trabalho familiar é composta pelos membros que compõem a família e que se encontram em plenas condições de trabalho. A unidade de consumo é composta pelos membros que compõem a família e que estão em condições plenas de trabalho. Bem como pelos que não estão ou ainda não a alcançaram.

Os autores acima citados ressaltam que o principal objetivo do campesinato através de suas ações e estratégias usadas é de garantir o bem-estar de sua família por meio da produção de autoconsumo.

Segundo Gazolla e Schneider (2007, p. 98), “o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar”. Com essa citação, os autores expõem que com o fortalecimento da produção de autoconsumo na propriedade, os membros poderão desenvolver outras atividades dentro da propriedade para

obtenção de outras fontes de renda. Assim, sem o autoconsumo, a renda e as atividades que eram desenvolvidas com a produção de autoconsumo, serão gastas para a aquisição de mercadorias, pagando os preços de mercado, os itens necessários para o consumo alimentar do grupo doméstico.

Gazolla e Schneider (2007, p. 101) ainda complementam que “a produção para o autoconsumo gera a autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva, a principal esfera responsável pela reprodução do grupo doméstico, fazendo com que o grupo dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente”. Assim, o agricultor não corre risco com as mudanças, flutuações das condições de troca no mercado, ou seja, não ficando refém do ambiente social e econômico no qual está inserido.

Para exemplificar, essa autonomia do agricultor familiar, a alternatividade, é uma possibilidade de o produtor optar em querer vender sua produção ou ser consumida pelo grupo familiar. Conforme o autor, dentro da alternatividade existem duas condições de troca:

Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender a sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto o autoconsumo destes produtos levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas (GARCIA JR *apud* GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 102)

Como já foi mencionado, o objetivo da produção para o autoconsumo é o de garantir autonomia, Gazolla, Grisa, e Schneider (2010) complementam destacando outros dois sentidos para o autoconsumo. O primeiro diz respeito a ser uma fonte de renda não monetária, e o outro, em relação à diversificação dos meios de vida, isto é, a estabilidade econômica das famílias rurais.

Algumas variáveis devem ser consideradas na produção para o autoconsumo,

em concordância com Gazolla, Grisa, e Schneider (2010). Em uma propriedade que possui mulheres beneficiárias da previdência social, o autoconsumo é elevado, além das condições técnicas de produção, o capital disponível em máquinas ou equipamentos, o acesso ao crédito, e a assistência técnica. Assim, propriedades menores em proporção de terras e menos capitalizadas produzem menos para o autoconsumo.

Para Gazolla *apud* Gazolla, Grisa, e Schneider (2010, p. 71) “a diminuição do autoconsumo não significa maior mercantilização da agricultura e, do mesmo modo, maior mercantilização da agricultura não é sinônimo de redução do autoconsumo alimentar”. Em síntese, não há uma relação entre a produção com o processo. Esse aspecto se inverte um pouco da perspectiva de que a agricultura comercial é foco daqueles que vendem para a produção e adquirem seus bens no mercado. Destaca-se que a produção para o autoconsumo pode estar atrelada à própria condição da propriedade, ou seja, à estrutura, ferramentas, conhecimento e técnicas que permitem ou não produzir bens para a família.

O fator repertório cultural é considerado como outro ponto determinante na produção para o autoconsumo, Vander Ploeg *apud* Gazolla, Grisa, e Schneider (2010, p. 71) definem como “um conjunto de noções estratégicas que guiam as ações práticas e o comportamento dos agricultores. Trata-se de um modelo de tomada de decisão que é amiúde partilhado por um amplo número de agricultores, onde é discutido e transformado”.

Segundo os autores, o repertório cultural dos agricultores de hoje não é o mesmo em comparação às propriedades de antigamente, que não eram poucas inseridas nos mercados, casualmente antes da modernização tecnológica da agricultura. Nesse sentido, a produção para o autoconsumo é considerada uma herança que vem de casa. Assim, regiões ou municípios, nos quais ocorrem os tradicionais hábitos de seus descendentes, a produção para o autoconsumo é mantida.

Para Schneider (2003), existem três fatores principais que determinam a

produção para o autoconsumo, são eles: a segurança alimentar (o não uso de agrotóxico e procedência dos alimentos), a questão da renda monetária que se origina a partir dessa produção e, por último, o fato de ser uma forma de sociabilidade - a inserção social na qual ocorre a troca de produtos entre vizinhos.

Acrescentando, “a produção para o autoconsumo alimenta sociabilidades, firma relações entre vizinhos, estabelece compromissos, consolida a vida comunitária e uma estrutura social importante para reprodução social das unidades familiares” (GRISA E SCHNEIDER, 2008, P. 489).

Em contrapartida, outros fatores podem influenciar, também, na determinação da produção para o autoconsumo, são os tipos de cultivos agrícolas nas propriedades, trata-se de cultivos intensivos em mão de obra, como: a vitivinicultura, a piscicultura e a produção leiteira, de acordo com Gazolla, Grisa e Schneider (2010).

Gazolla, Grisa e Schneider (2010) complementam com a relação da distância dos centros comerciais. O transporte público ou veículo particular são facilitadores aos agricultores para adquirirem produtos nos mercados, além dos preços de muitos alimentos serem atrativos aos produtores.

A mensuração do autoconsumo se baseia no produto bruto e não líquido devido ao fato de ser muito difícil separar a parte dos custos que englobam a produção. Com isso, não se pode afirmar que existe uma forma única ou mais adequada para se mensurar o autoconsumo, pois todas as maneiras possuem suas vantagens e desvantagens, potencialidades e limitações. Analisar uma propriedade camponesa através dos conceitos e princípios utilizados para medir a eficiência de uma empresa capitalista está incorreto devido ao fato de que os produtores organizam o seu trabalho e a produção não com o objetivo de obter lucro, e sim, garantir o bem-estar de sua família (GAZOLLA, GRISA E SCHNEIDER, 2010).

Assim, todos os tópicos discutidos até o momento se fazem necessários a fim de facilitar o entendimento de como os assuntos estão entrelaçados nos

empreendimentos familiares. Uma visão do agronegócio engloba as atividades antes da porteira até o consumidor final. A agricultura, por sua vez, está inserida dentro da porteira (produção primária), mencionando qual tipo de agricultura, no caso a familiar, caracterizada pela mão de obra familiar e pela produção para o autoconsumo.

Toda a apresentação do referencial teórico serve como base para a discussão empírica¹ do trabalho. Os objetivos propostos e a questão central devem ser atendidos quando vinculados os conceitos teóricos e o levantamento de dados. Para tanto, a seguir, são apresentados os aspectos da metodologia que foi utilizada no trabalho e, na sequência, apresentados os resultados da pesquisa.

¹ Empírica: Pesquisa realizada através de experiências no dia a dia. Através de fatos vivenciados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa pode ser constituída de um trabalho científico, no qual o autor realiza a pesquisa pela primeira vez com o propósito de contribuir com novas conquistas e descobertas ao conhecimento científico. A pesquisa também pode ser originada de um resumo de assunto cuja originalidade não é fundamental, mas o rigor científico deve ser mantido. A base dos resumos de assunto são trabalhos mais avançados, publicados por autoridades no assunto em que se está pesquisando, não pelo simples fato da cópia de ideias (ANDRADE, 2003).

Neste capítulo, é apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa do presente estudo. São descritos o tipo de pesquisa em relação à natureza da abordagem, os seus objetivos e os procedimentos técnicos, o objeto de análise, o plano de coleta dos dados e o tratamento dos dados.

3.1 Tipos de pesquisa

Os tipos de pesquisa são classificados em três categorias, porém os critérios para a classificação variam conforme o enfoque que o autor quer dar à sua pesquisa. “[...] a divisão obedece a interesses, condições, campos, metodologia, situações, objetivos, objetos de estudo [...]” (LAKATOS, MARCONI, 2002, p.19).

Conforme Vergara (2007), a pesquisa é classificada quanto à natureza da abordagem, quanto aos seus objetivos e quanto aos procedimentos técnicos. A

seguir, a tabela ilustra o agrupamento de acordo com a sua classificação.

Quadro 1 - Tipos de pesquisa e sua classificação

Quanto à natureza da abordagem:	Quanto aos seus objetivos:	Quanto aos procedimentos técnicos:
- Pesquisa Qualitativa; - Pesquisa Quantitativa.	- Exploratória; - Descritiva; - Explicativa; - Metodológica; - Aplicada; - Intervencionista.	- Bibliográfica; - Pesquisa de campo; - Pesquisa de laboratório; - Documental; - Experimental; - Estudo de caso; - Pesquisa-ação; - Participante.

Fonte: Do autor, baseado em Beuren (2006).

Em conformidade com o quadro acima, esta pesquisa é qualitativa, exploratória e os procedimentos técnicos são pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A seguir, serão todos explicitados.

3.1.1 Definição da pesquisa quanto a natureza da abordagem

Andrade (2003) define a pesquisa qualitativa como aquela que tem a finalidade de obter uma maior compreensão sobre o tema. Acrescenta Malhotra (2001), que a pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma da análise estatística. A pesquisa qualitativa se utiliza de um número pequeno de casos, uma coleta de dados não estruturada, e sua análise sendo não estatística, contrária da pesquisa quantitativa.

Segundo Gonçalves e Meirelles (2004, p. 59), nas pesquisas qualitativas “os dados são de natureza interpretativa e semântica, ou seja, nomeiam objetos reais ou abstratos de forma simbólica através de tributos que lhes dão significado”.

Nestas condições, essa é uma pesquisa qualitativa, que trouxe à discussão os fatores que determinam a produção para o autoconsumo nas propriedades rurais

de Teutônia/RS. É qualitativa, pois discutiu as percepções dos agricultores, destacou quais fatores eram representativos para estes, não fez uma amostra probabilista e não se ateve a discussões quantitativas e sim qualitativas do tema, principalmente a partir dos aspectos de geração de renda, segurança alimentar e interação social.

3.1.2 Definição da pesquisa quanto aos seus objetivos

Andrade (2003) argumenta que a pesquisa exploratória é o começo de um trabalho científico, uma vez que proporciona a aquisição de maiores informações sobre o assunto em que se está trabalhando. Geralmente, utiliza-se levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas inseridas no contexto do problema de pesquisa.

Segundo Gil (2012), a pesquisa exploratória tem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Esta pesquisa é mais desenvolvida em assuntos pouco explorados, abordados, dificultando a criação de hipóteses precisas, não se aplicando processos quantitativos à coleta de dados.

A realização da pesquisa exploratória é utilizada quando o pesquisador não tem conhecimentos suficientes para dar sequência ao projeto de pesquisa. Assim, Mattar (2001), acrescenta que a pesquisa exploratória auxilia na definição das prioridades a pesquisar. Essas prioridades podem ser modificadas. Conforme o decorrer da pesquisa parecerá possibilidades que talvez sejam mais promissoras do que outras.

O modelo desta pesquisa é exploratório, a fim de se obter maior conhecimento e identificar os fatores que determinam a produção para o autoconsumo nas propriedades rurais. Não foram localizados estudos no Vale do Taquari sobre o referido tema, o que também destaca uma aproximação acadêmica com essa discussão teórica.

3.1.3 Definição da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos

A partir dos procedimentos técnicos, o presente estudo adotou a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, como ferramentas no auxílio para a obtenção da coleta dos dados. Foram consultados livros, artigos e *sites* que abordam o assunto, e complementando com a realização de dez entrevistas com os membros das famílias que residem nas propriedades rurais do município de Teutônia/RS.

3.1.3.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica dá o suporte para se aprofundar no tema estudado por meios de materiais publicados.

Para Gil (2012, p.50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2007, p. 48).

As pesquisas bibliográficas podem ser consideradas de fontes primárias - dados históricos, pesquisas, dados estatísticos ou secundários (imprensa no geral), materiais sem a devida autenticidade dos dados (GIL,2012).

No trabalho, a utilização de obras literárias e artigos de diversos autores, com o objetivo de aprofundar os conceitos a respeito do agronegócio, da agricultura e da agricultura familiar, da pluriatividade e do autoconsumo caracterizam a pesquisa bibliográfica.

3.1.3.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental se caracteriza quando a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Em contrapartida, sua coleta de dados também pode ser de fontes secundárias (relatórios de pesquisas baseados em trabalho de campo, relatórios de empresas) (LAKATOS, MARCONI; 1996).

A diferenciação entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, muitas vezes confundida, está na natureza das fontes, conforme Beuren (2006), a pesquisa bibliográfica é baseada em vários autores, enquanto uma pesquisa documental se baseia em materiais que ainda não foram analisados profundamente.

Vergara (2007, p 48) contribui com exemplos de pesquisa documental “[...] documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, [...]”. Reportagens de jornais, cartas, filmes, fotografias e gravações também são considerados exemplos de pesquisa documental.

No estudo, foram utilizados dados que caracterizam as propriedades rurais do município, número da população rural, principais atividades desempenhadas pelas famílias, dados estes obtidos através do *site* do IBGE, relatórios do STR Teutônia/Westfália e EMATER do município.

3.1.3.3 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é a ferramenta que se utiliza para buscar informações ou conhecimentos sobre um problema a partir do qual se busca uma resposta (LAKATOS E MARCONI, 2002). Nesse sentido, o presente estudo englobou entrevistas em profundidade, atendendo aos seus objetivos propostos, perguntas estas que seguem no Apêndice A.

Ainda em concordância com os autores Lakatos e Marconi (2002, p. 83), a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevante, para analisá-los”.

Complementam Barros e Lehfeld (2005, p.34) que na pesquisa de campo “o investigador assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos”. Essa busca por informações se dá a partir de entrevistas, técnica esta que permite o contato entre o entrevistador e o entrevistado.

Toda pesquisa de campo se inicia pelo levantamento bibliográfico, em seguida há a definição das técnicas de coleta dos dados, conforme a natureza do tema e a determinação das técnicas para apontar e analisar os dados. Dependendo das técnicas empregadas na coleta, na análise e na interpretação dos dados, a pesquisa de campo será classificada quanto à abordagem em quantitativa e qualitativa (FREITAS E PRODANOV, 2013).

As entrevistas cujas perguntas eram de cunho semiestruturado foram realizadas no segundo semestre de 2015. Primeiramente, definiram-se perguntas relacionadas às características dos membros da família, residentes na propriedade. Após, perguntas direcionadas à propriedade e às atividades desempenhadas, em seguida quanto aos gastos da família e, por último, a finalidade da produção para o autoconsumo e a percepção dessa produção. Todas as entrevistas foram gravadas, com o objetivo de um melhor aproveitamento dos dizeres dos produtores em razão de as entrevistas serem extensas e complexas (APÊNDICE B).

3.2 Unidade de análise ou população-alvo do estudo

Segundo Vergara (2007), sujeitos da pesquisa são as pessoas que têm participação no estudo, ou seja, que fornecerão os dados ao pesquisador.

A população desse estudo é formada pelos membros familiares das propriedades rurais que possuem produção integrada ou produção não integrada no município de Teutônia/RS. Foram escolhidas aleatoriamente algumas propriedades a partir do encontro de mulheres filiadas ao sindicato, oferecido pelo STR-Teutônia e Westfália, no dia 11/09/2015, com a finalidade de apresentar às produtoras rurais presentes o objetivo do presente estudo.

Em um primeiro momento, a presidente do STR–Teutônia e Westfália, Sra. Liane Brackamnn, fez uma introdução a respeito do assunto e, em seguida, o pesquisador se apresentou, abordando os objetivos da pesquisa e pedindo a contribuição das agricultoras. Estavam presentes quarenta agricultoras, destas as que se propuseram a participar das entrevistas, buscou-se o contato para agendamento. Ao final foram marcadas dez entrevistas, visto a saturação na obtenção das informações.

3.3 Plano de coleta dos dados

Foram realizadas entrevistas em profundidade nas propriedades rurais do município de Teutônia/RS, a partir da seleção das agricultoras no encontro de mulheres desenvolvido pelo STR-Teutônia. Nas entrevistas, deu-se preferência aos questionamentos às mulheres da família, pois são estas que conhecem melhor a dinâmica do consumo de alimentos familiar.

A coleta dos dados pode ser realizada através da observação, de questionários, da utilização de formulários e entrevistas. Vergara (2007, p.54) ainda cita outras formas de se coletar os dados, “[...] por meio de técnicas interativas diversas, como os *workshops*, por exemplo, ou por meio de desenhos feitos pelos sujeitos da pesquisa ou por outros meios que sua criatividade permita visualizar”.

A utilização de questionários para a obtenção dos dados, não necessita a presença do pesquisador, complementando Vergara (2007, p. 54), define:

O questionário caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito. [...], outras, é designado por escala, quando quantifica respostas. O questionário pode ser aberto, pouco ou não estruturado, ou fechado, estruturado. No questionário aberto, as respostas livres são dadas pelos respondentes; no fechado, o respondente faz as escolhas, ou pondera, diante de alternativas apresentadas”.

Acrescentando, Beuren (2006) define a entrevista como uma técnica para se obter informações, em que o pesquisador se apresenta pessoalmente aos entrevistados e formula perguntas, com o propósito de obter elementos que respondam a sua questão estudada.

Uma das maneiras para se aplicar a entrevista é por meio de uma entrevista semiestruturada, a qual Beuren (2006, p.132) define como “maior interação e conhecimento das realidades dos informantes. [...]. Ao mesmo tempo em que valoriza a presença do entrevistador, possibilita que o informante use toda a sua criatividade e espontaneidade, valorizando mais a investigação”. As características da entrevista semiestruturada são as perguntas fechadas, nas quais são dadas ao entrevistado sugestões de respostas pelo entrevistador e perguntas abertas, nas quais o entrevistado responde com suas colocações.

No estudo, foi utilizada a aplicação de dez entrevistas semiestruturadas para a coleta dos dados através da entrevista pessoal com as mulheres residentes nas propriedades rurais, e em algumas, com o acompanhamento dos maridos e filhos, tendo como local da realização das entrevistas a própria propriedade rural. Enfatiza-se que a entrevista foi previamente testada, em duas propriedades do município que não obtiveram participação nas entrevistas e juntamente com a presidente do STR-Teutônia, para que se pudesse analisar melhor a estrutura das questões. E na sua aplicação, todas foram gravadas, para um melhor entendimento das respostas nas análises (APÊNDICE B).

A aplicação de somente dez entrevistas se dá pelo motivo da saturação, visto que a partir de certo número de entrevistas, as respostas resultam em um mesmo significado, sem a incrementação de novos fatores à pesquisa. Assim, “a saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa

não altera a compreensão do fenômeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações” (CHERQUES, 2009, p.21).

3.4 Plano de análise dos dados

Após a coleta dos dados, é iniciada a sua etapa de análise. O processo de analisar os dados significa juntar todo o material que se obteve a partir das entrevistas e de documentos.

Para Beuren (2006), o plano de coleta dos dados deve ser ordenado: primeiramente o investigador deve classificar os dados coletados durante a pesquisa e, posteriormente, analisá-los cuidadosamente com base nas teorias da metodologia científica, assim obtendo as respostas para o problema de pesquisa proposto.

De acordo com Roesch (2006), em pesquisas qualitativas, ao se encerrar a coleta dos dados, se obtém um número muito grande de depoimentos, principalmente em forma de textos, dificultando ao pesquisador a sua análise. A interpretação desses dados deve ser bem cuidadosa em virtude de as perguntas serem abertas, os entrevistados podem dar respostas extensas e inesperadas.

Conforme Barros e Lehfeld (2005), antes da análise dos dados, o pesquisador (entrevistador) deve se preocupar em examinar os dados coletados, uma análise crítica a fim de observar distorções nas respostas.

Todas as entrevistas foram gravadas com o objetivo de facilitar a análise das respostas. Posteriormente, os conteúdos de relevância das entrevistas foram transcritos e organizados conforme o assunto, ou seja, categorias que eram relevantes para o estudo. Foram destacados para além da identificação da propriedade e da unidade familiar, aspectos que discutem as questões de renda, de segurança alimentar e de interação social.

3.5 Limitações do método

Conforme Vergara (2007, p. 61-62), antecipar as críticas contribui ao trabalho, ou seja, “explicitando quais as limitações que o método escolhido oferece, mas que ainda assim o justificam como o mais adequado aos propósitos da investigação”.

Para Lakatos e Marconi (2002), essas limitações da pesquisa estão relacionadas ao assunto, à extensão ou a uma série de fatores, estes que podem reduzir o campo de ação para o desenvolvimento da pesquisa.

Para a coleta dos dados foram aplicadas entrevistas realizadas nas propriedades rurais familiares. Buscou-se obter opiniões a respeito da produção para o autoconsumo, qual o objetivo e quais os fatores que determinam essa produção.

Uma limitação se trata da disponibilidade de tempo por parte dos entrevistados em razão das entrevistas serem prolongadas, visto a grande quantidade de informações relevantes. Segundo dados de 2013 da EMATER, o número de propriedades rurais era 1029. Em virtude desse elevado número de propriedades, há o impedimento de coletar dados em todas elas. Assim, foram utilizadas como universo da população, as participantes no encontro de mulheres do STR-Teutônia. A partir desse universo, foi usada uma amostra para o levantamento dos dados necessários para o estudo, porém, as considerações não poderão ser utilizadas de forma geral, uma vez que a pesquisa se refere, especificamente, às participantes da cidade de Teutônia.

Outra questão a ser abordada é que as entrevistas foram aplicadas preferencialmente com a mulher da casa, considerando que são elas que cuidam principalmente dos afazeres domésticos e da alimentação da família. Porém, em algumas entrevistas, a presença do homem e dos filhos foi permitida, pelo motivo da mulher não se sentir à vontade sozinha para responder os questionamentos.

Assim, as pesquisas qualitativas possuem restrições, pois não podem ser

transportadas para o âmbito mais geral, o método sendo exploratório aproxima a pesquisa ao tema e as análises podem não abranger todos os aspectos possíveis de serem avaliados neste contexto. No entanto, a pesquisa se propôs a avaliar os fatores que eram relevantes para os agricultores de Teutônia na produção para o autoconsumo e é nestas condições que é apresentado.

Na próxima etapa, segue a caracterização das propriedades rurais do município de Teutônia e a seguir, os resultados obtidos e suas respectivas análises, divididos em tópicos específicos.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE TEUTÔNIA/RS

No presente capítulo, primeiramente serão descritas algumas características do Vale do Taquari, região na qual o município Teutônia está inserido e onde foram realizadas as pesquisas. Em um segundo momento, serão abordadas as características do município e a importância da agricultura familiar neste local.

A região do Vale do Taquari tem suas primeiras referências históricas em 1635, com as expedições dos Padres Gimenez e Soares, e em 1636, pelo Bandeirante Raposo Tavares. Já em 1800, surgiram as primeiras fazendas de erva-mate, lavouras de cereais, criação de animais e exploração de madeiras, estas localizadas às margens do Rio Taquari (SANTOS, 2015).

Em 1809, a região do Vale do Taquari passou a pertencer ao município de Rio Pardo, que em 1849 se emancipava de Triunfo o município de Taquari, sendo considerado o município mãe da região. Em 1856, com a chegada dos primeiros colonos alemães, foi fundada a fazenda Estrela, originando em 1876, o município de Estrela, do qual se emanciparam Lajeado e Teutônia (SANTOS, 2015).

O Vale conta com uma diversificação de descendentes de imigrantes europeus, como os portugueses, os alemães e os italianos, cada uma com suas tradições e folclore dos países de origem. O minifúndio se destaca nas propriedades rurais.

O Vale do Taquari está localizado na região central do Rio Grande do Sul, é

composto por 36 municípios, às margens do Rio Taquari e afluentes, conforme a área de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul–COREDES. A população do Vale em 2014 era estimada em 348.435 habitantes, conforme a Fundação de Economia e Estatísticas (FEE), o que representa 3,08% da população gaúcha, sendo distribuída em 73,84% da população na área urbana e 26,16% no meio rural. A economia da região do Vale do Taquari é caracterizada nos municípios menores pela atividade agropecuária, e pela produção primária, enquanto que em municípios maiores, predominam as atividades ligadas a indústria e ao setor de serviços e comércio.

A história de Teutônia está relacionada com a imigração alemã, iniciada em 1824, com a criação da colônia Alemã de São Leopoldo. O comerciante Carlos Schilling teve a ideia de criar a colônia de Teutônia em 1858, a partir da aquisição de terras. Nos anos de 1865/1866 chegaram em Teutônia, os primeiros colonos, grande maioria vinda da antiga zona colonial de São Leopoldo (IBGE, 2015).

Com a formação das primeiras comunidades, como Picada da Boa Sorte (hoje bairro Canabarro), Picada Hermann (atualmente Linha Germano), Picada Boa Vista, Picada Frank, Picada Schmidt, Picada Clara, Picada Welp e Picada Catarina, inicia-se o desenvolvimento da colônia, que já contava com 2.241 habitantes. Em 24 de maio de 1981, ocorreu a emancipação do município de Estrela, tornando-se uma das principais economias da região do Vale do Taquari, o qual está inserido.

Estima-se uma população de 30.170 habitantes em 2015², destas 85,52% (25.801) estão inseridas no meio urbano e 14,48% (4.369) no meio rural (IBGE, 2015). O município de Teutônia é a segunda economia entre os 36 municípios filiados à Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), de acordo com o índice de retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A base da economia é a produção agropecuária, destacando a produção de leite, frangos e suínos, além do cultivo de milho e soja, seguido de produtos de subsistência como feijão, aipim, batata e hortaliças, que representa 20% na

² Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

arrecadação de ICMS. A indústria representa 49%, enquanto o setor de serviços, 17% e o comércio, 14% (EMATER-RS, 2013).

O tamanho médio da área das propriedades rurais familiares no município é de 8,8 hectares, característica do minifúndio. Conforme a EMATER–RS de Teutônia (2013), são mais de 1.029 propriedades rurais, destas 62% possuem de 5 a 20 hectares. Ainda se referindo a dados da Emater, essas propriedades rurais estão divididas em 928 propriedades de agricultura familiar e 101 propriedades de agricultura não familiar (empresarial). Como mencionado anteriormente, a população rural estimada em 4.369, representa 2.203 homens e 2.166 mulheres no meio rural.

No município, existem algumas políticas públicas em execução, do âmbito municipal: há o Pacote Agrícola, o Auxílio Agroindústria e o Auxílio Construção. Em relação à nível estadual, o Mais Água Mais Renda, o Leite Gaúcho e a Agroindústria Familiar. Em escala federal, a política pública é através do Bolsa Família e do PRONAF.

5 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo, são apresentados os resultados que foram obtidos por meio da realização das dez entrevistas em propriedades rurais no município de Teutônia/RS. Na ocasião, foram entrevistados os proprietários, dando ênfase às mulheres da residência, com o objetivo de descrever os principais fatores que determinam a produção para o autoconsumo.

Não houve critérios estabelecidos para a seleção das propriedades rurais, mas a exigência para a realização das entrevistas era que houvesse a produção para o autoconsumo na propriedade, assim, a partir de um encontro de mulheres realizado pelo STR-Teutônia, foram selecionadas as propriedades que se dispuseram a receber o pesquisador.

O capítulo será dividido em três subtítulos principais, sendo que nas características das propriedades e dos entrevistados serão descritas a condição que ocupa no núcleo familiar, escolaridade, número de pessoas na família, ocupação profissional dos membros da família, renda, período que vivem na propriedade, aquisição, atividade, tamanho da área e integração. Relacionando a percepção passado *versus* presente, será comentado sobre a questão de como era no tempo de seus pais (como plantavam, o que produziam e se compravam fora), se houve mudanças para os dias de hoje, e se hoje as alimentações são melhores que antigamente. Na questão da atualidade, a respeito do autoconsumo, será analisado o que os produtores produzem, se possuem menção da renda não monetária caso comprassem fora da propriedade, e quais os fatores que determinam essa produção.

5.1 Características das propriedades e entrevistados

Nas dez entrevistas em análise, a maioria das propriedades possuem como característica o minifúndio, com uma área de até 18 hectares (ha), porém as propriedades D, G e I possuem uma área maior, não se enquadrando como minifúndio³, e sim como pequenas propriedades⁴. Nos comentários dos entrevistados, observou-se a dificuldade que era antigamente para produzir e conseguir adquirir algo. Hoje é tudo mais fácil, sob o ponto de vista de financiamentos disponíveis ao agricultor. Contudo, na pesquisa, somente a propriedade A foi comprada, as demais foram todas herdadas, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Características das propriedades

Propriedad e	Período que vivem na propriedade	Aquisição da propriedade	Área (Ha)	Principal Produção	Propriedade Integrada
A	Acima de 18 anos	Comprada	8	Leite	Não
B	Acima de 18 anos	Herdada	18	Leite e Lavoura	Não
C	Acima de 18 anos	Herdada	12	Leite	Não
D	Acima de 18 anos	Herdada	22	Leite e Suínos	Sim
E	Acima de 18 anos	Herdada	9	Leite	Não
F	Acima de 18 anos	Herdada	6	Leite	Não
G	Acima de 18 anos	Herdada	24	Leite	Não
H	Acima de 18 anos	Herdada	11	Leite e Aves	Sim
I	Acima de 18 anos	Herdada	22	Leite e Aves	Sim
J	Acima de 18 anos	Herdada	8	Leite, Suínos e Aves	Sim

Fonte: Do autor, com base nos dados da pesquisa.

Uma característica predominante em todas as propriedades é o período em que vivem na mesma, ou seja, acima de 18 anos. O que significa que, certamente, é

³ Minifúndio: Imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal, o que corresponde no município de Teutônia a 18 ha.

⁴ Pequenas propriedades: Imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais

a segunda geração na propriedade, relevante devido ao fato de ser herdada a propriedade. Até mesmo a propriedade que foi comprada está na segunda geração. Outro ponto relevante é que todas as propriedades possuem a produção de leite, uma característica da região do Vale do Taquari.

Em se tratando do aspecto da escolaridade, a maioria das entrevistadas possui o ensino fundamental completo, porém nas propriedades D, H, I e J, estudaram até completar o ensino médio, e o que pode se observar é que são mulheres jovens, com idade entre 26 anos a 43 anos. Esse fator justifica que as mulheres mais velhas, em seu tempo, tinham maior dificuldade em ir à escola, como cita uma integrante da propriedade A:

“(...) era longe para ir à escola, e tinha que ir a pé, e naquele tempo os meus pais queriam que eu ajudasse em casa.”

Tabela 2 – Características dos entrevistados.

Propriedade	Ocupação no núcleo familiar	Escolaridade	Número de pessoas na família	Ocupação profissional
A	Vó	Ensino Fundamental	2	Todos trabalham na propriedade
B	Nora	Ensino Fundamental	5*	Todos trabalham na propriedade
C	Filha	Ensino Fundamental	5	Um membro trabalha fora
D	Nora	Ensino Médio	6	Todos trabalham na propriedade
E	Mãe	Ensino Fundamental	4	Dois membros trabalham fora
F	Mãe	Ensino Fundamental	5	Dois membros trabalham fora
G	Mãe	Ensino Fundamental	2	Todos trabalham na propriedade
H	Filha	Ensino Médio	4	Todos trabalham na propriedade
I	Nora	Ensino Médio	5	Todos trabalham na propriedade
J	Mãe	Ensino Médio	4	Todos trabalham na propriedade

Fonte: Do autor com base nos dados da pesquisa.

Nota (*): Significa que somente dois trabalham, os outros que compõem a família, correspondem a um casal de idosos e uma filha pequena.

Nas entrevistas, em geral, todos os membros aptos⁵ trabalham na propriedade, exceto na propriedade C, em que um membro trabalha fora e nas propriedades E e F, dois membros trabalham em outra atividade. E como Schneider (2003) menciona a questão da pluriatividade, nestas propriedades os membros buscaram outras formas de rendimentos fora da propriedade. De acordo com a tabela 2, é observado o número de duas a seis pessoas por residência, variando conforme a atividade; nas propriedades com mais de uma atividade, observa-se o maior número de membros, exceto na propriedade B.

⁵ Pessoas que possuem condições para trabalhar, ou seja, que não sejam crianças ou idosos.

5.2 Percepção passado versus presente

Durante as entrevistas, pode-se notar que as respostas eram praticamente semelhantes quando se tratava de como era a época de seus pais em relação à produção para o autoconsumo. Relatam que antigamente praticamente plantavam e produziam de tudo e que só compravam fora o que não conseguiam realmente produzir, como o sal e o café. Como afirma, textualmente, o sujeito da propriedade G:

“(...) plantava praticamente tudo, como a família era grande naquele tempo, cada um podia fazer um pouco, de início nem café se comprava, se fazia com batata doce torrada, mas depois de um tempo a mãe não queria mais, aí começou a se comprar fora...”

Também, a integrante da propriedade A diz:

“(...) se plantava de tudo, um pouco de cada coisa, naquela época nem leite se vendia, pois ninguém coletava, só depois de um tempo que começou, se plantava trigo e se fazia a própria farinha e arroz, era tudo bem saudável, só a aparência não era como é hoje...”

Todos foram enfáticos em dizer que houve mudança em suas alimentações em comparação ao tempo de seus pais, melhorando-as com mais variedades, porém são praticamente todos os produtos industrializados, exceto a propriedade G, que relata que ainda mantém a mesma alimentação, como menciona no depoimento:

“(...) sou muito apegada às coisas do passado, hoje se compra muito produtos enlatados, aqui nunca foi costume e nunca vamos ter, pois não gostamos, queremos sentir o sabor dos alimentos...”

Conforme o relato da propriedade E, “(...) hoje é tudo mais liberado, antigamente a comida era mais controlada...”, mencionando sua opinião em relação

às mudanças na alimentação.

A seguir, a tabela 3 menciona se as refeições são feitas em família, onde ocorrem os maiores gastos e caso comprem alimentos fora, onde são adquiridos.

Tabela 3 – As refeições são feitas em conjunto, onde ocorrem os maiores gastos da família e onde adquirem seus alimentos.

Propriedad e	Refeições são feitas conjuntamente	Onde ocorrem os maiores gastos	Onde adquirem seus alimentos
A	Todas as refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado e caminhão de verduras
B	Todas as refeições	Supermercado	Supermercado e caminhão de verduras
C	A maioria das refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado e caminhão de verduras
D	A maioria das refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado e caminhão de verduras
E	A minoria das refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado
F	A maioria das refeições	Comércio	Supermercado
G	Todas as refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado
H	Todas as refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado
I	Todas as refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado
J	Todas as refeições	Supermercado e na propriedade	Supermercado

Fonte: Do autor, com base nos dados de pesquisa.

Quanto às refeições serem feitas todas na propriedade, percebe-se que nas propriedades A, B, G, H, I e J, que todos os membros trabalham na propriedade e realizam todas as refeições nela, exceto na propriedade D, em que todos trabalham na propriedade, mas a maioria das refeições são feitas em conjunto. As demais propriedades, C, E e F, possuem algum membro trabalhando fora e, conseqüentemente, realizando alguma refeição no local de seu serviço.

Em todas as propriedades, a horta e o pomar estão presentes, mas mesmo

assim, as propriedades A, B C e D compram algumas verduras e frutas com o caminhão de verduras que passa em suas propriedades, justificam como citado pela propriedade A;

“(...) geralmente compramos alguma coisa do verdureiro, mas só quando não conseguimos produzir, pois algumas coisas só dão em certa época, então compramos dele, mas só em último caso...”

5.3 Autoconsumo

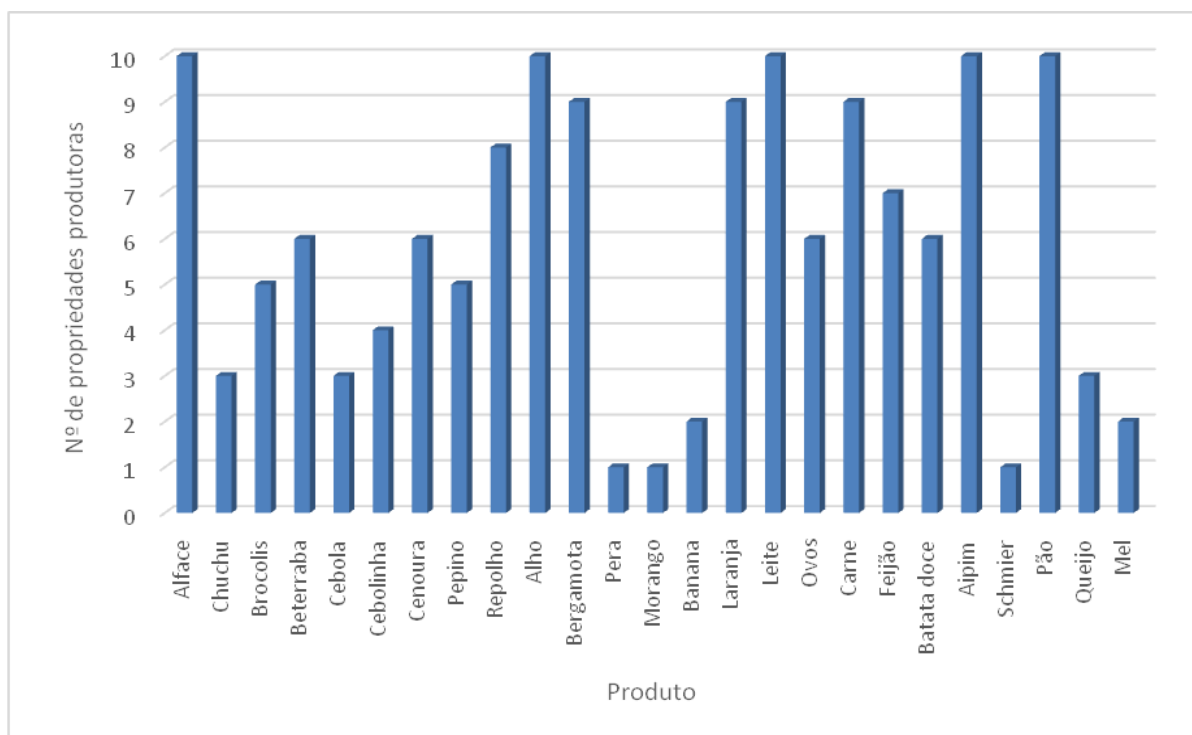
A produção para o autoconsumo é uma prática desenvolvida há muitos anos nas propriedades rurais. De acordo com os autores Gazolla, Grisa e Schneider (2010), esta produção é uma herança que vem de casa, com isso, é mantida nos dias atuais. A proprietária da propriedade G observa esse ponto em seu depoimento:

“(...) fui criada pelos meus pais, onde plantávamos de tudo, só comprávamos fora o sal, então até hoje mantenho isso, só compro no supermercado produtos de limpeza e o essencial, o que eu conseguir produzir em casa vou fazer, mesmo sendo só em 2, pois fui ensinada assim...”

Como abordado anteriormente, todas as propriedades entrevistadas possuem horta e pomar. Nas hortaliças, as cinco mais mencionadas pelas mulheres são: alface, beterraba, cenoura, pepino e alho. Em relação às frutíferas, a produção de laranja e de bergamota são as mais comuns entre as listadas. Outra dimensão de produção para o autoconsumo é a transformação caseira, como apontados o queijo, o pão e a *schmier*. O quadro 2 aponta quais alimentos são produzidos nas propriedades para o autoconsumo, conforme as citações das proprietárias das residências (APÊNDICE C).

O Gráfico 1, demonstra o número de propriedades que produzem os respectivos produtos para o autoconsumo. A identificação o que cada propriedade produz, é exemplificado no quadro 2, mencionado anteriormente.

Gráfico 1 – Número de propriedades que produzem determinado produto



Fonte: Do autor, com base nos dados da pesquisa.

Outra questão enfatizada nas entrevistas foi em relação aos fatores que determinam a produção para o autoconsumo, ou seja, quais os motivos que fazem os produtores ainda manterem essa produção. E as respostas seguiram a mesma linha, todos explicitaram, primeiramente, a questão da segurança alimentar e, posteriormente, a renda. Como cita a produtora da propriedade I:

“(...) sem dúvida, produzimos ainda porque sabemos o que estamos comendo, alimentos saudáveis, limpos de agrotóxicos (...), e ainda podemos colher quando precisamos, assim temos sempre produtos fresquinhos...”

Acrescenta a produtora da propriedade J:

“(...) produtos naturais, sabemos o que temos na horta, e quando colocamos na mesa, podemos comer sem preocupação de possuir veneno...”

Na questão de ser uma alternativa de renda não monetária, todas as entrevistadas abordaram esse ponto, produzem também pela questão de preço, mas

quando questionadas se calculam quanto essa produção representa em valores, somente a propriedade F, possuía uma noção de que gastaria em torno de R\$ 500,00 por mês, as demais não fazem ideia de valores.

Para Gazolla e Schneider (2007), com a produção para o autoconsumo, os membros das famílias poderão se dedicar a outras atividades, assim obtendo outras fontes de renda, pois o valor economizado com o autoconsumo poderá ser aplicado na propriedade, mas para que isso aconteça, os produtores precisarão ter noção de quanto esta produção rende na sua propriedade e, conseqüentemente, quanto representa a sua renda.

O quadro 3 demonstra os valores médios que cada propriedade gastaria caso comprasse em supermercados ou em outros estabelecimentos os alimentos citados no quadro 2, mas com a produção este valor poderá ser revertido para a propriedade. Os alimentos foram agrupados em hortifruti, lácteos, carnes, ovos e mel, produtos oriundos da lavoura e em produtos de transformação caseira, com o objetivo de facilitar a compreensão dos valores por cada grupo, (APÊNDICE D).

Para apontar o valor que cada propriedade gera com a produção para autoconsumo, primeiramente identificou-se os produtos produzidos em média e com base na pesquisa de orçamentos familiares 2008 – 2009 (IBGE, 2015), apurou-se a quantidade média que cada pessoa consome do respectivo produto. Os valores de cada alimento foi obtido a partir de consultas em três diferentes supermercados no município de Teutônia, calculando-se o valor médio de cada.

Observa-se que no agrupamento carnes, ovos e mel, a sua representatividade é considerada alta em relação aos demais devido ao alto preço pago hoje em dia. Mas mesmo assim, a propriedade G não produz para o seu consumo, compra fora, justificando:

“(...) paramos, pois não vale mais a pena, a gente não come tanta carne, e como somos só em 2 em casa, ela sempre ficava velha e sem gosto, então achamos melhor comprar fora, pois é mais viável...”

No que diz respeito à representatividade da produção para o autoconsumo nas rendas das famílias entrevistadas, conforme demonstrado na Tabela 4, observa-se que, na maioria, os valores giraram em torno de 10% da renda, porém na propriedade F a representatividade é de 15,1%, mesmo sendo uma propriedade pequena de 5 hectares, possuindo somente a atividade leiteira, e dois membros familiares trabalhando fora, a produção é expressiva. Mas em contrapartida, na propriedade G a representatividade na renda é baixa, 3%, mas não significa que a família não se empenha para produzir, pelo contrário, o casal entrevistado se mostra orgulhoso em poder produzir seu próprio alimento, herança adquirida com seus pais.

A baixa representatividade é justificada pelo número baixo de membros na família, somente dois, com isso produzem somente a quantidade que necessitam, além de comprarem a carne fora, o que representa muito em valor e pela atividade leiteira que produzem ser em grandes proporções.

O valor que representa na renda de cada propriedade foi obtida a partir da apuração do valor total médio que cada propriedade produz, conforme Apêndice D e demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 – Representatividade da produção para o autoconsumo na renda familiar.

Propriedade	Renda (R\$)	Valor da produção (R\$)	Representatividade (%)
A	2.728,00	279,28	10,1%
B	4.728,00	631,26	13,4%
C	5.516,00	627,39	11,4%
D	4.728,00	657,17	13,9%
E	4.334,00	495,22	11,4%
F	4.728,00	714,75	15,1%
G	5.516,00	196,52	3%
H	4.728,00	456,07	9,6%
I	5.122,00	608,58	11,9%
J	4.728,00	434,77	9,2%

Fonte: Do autor, com base nos dados de pesquisa.

Conforme os autores que abordam a questão do autoconsumo explicitam, a

importância do autoconsumo se deve a três razões: à segurança alimentar, à alternativa de renda não monetária e à questão da sociabilidade. Este último motivo não é apontado nas entrevistas em nenhuma das dez, como mencionado pela propriedade E, o motivo pelo qual não há troca de alimentos com os vizinhos:

“(...) o pessoal não se dá o tempo de plantar, é mais fácil ir comprar, e hoje vivem em cima das máquinas, então qualquer espaço plantam lavoura...”.

Acrescenta a entrevistada da propriedade H:

“(...) os jovens que administram as propriedades não pensam nisso, preferem ir no mercado e comprar, tem vizinho que não planta nenhum pé de alface e cebolinha, é uma vergonha estar no meio rural e não plantar, por isso que não trocamos mais...”.

Apesar dos incentivos do STR e da EMATER, infelizmente, a produção para o autoconsumo está diminuindo, as novas gerações não estão preocupadas em manter essa característica das propriedades, principalmente pelas atividades que desempenham e as facilidades de adquirir os alimentos nos supermercados, além da proximidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente estudo, pôde-se analisar os fatores que determinam os produtores rurais a produzirem para o autoconsumo em seus empreendimentos rurais. Nas dez pesquisas realizadas em propriedades com características diversas, foi possível verificar, de uma maneira global, como os produtores administram essa produção.

É indiscutível a importância da agricultura familiar na economia da região e também do país. No município de Teutônia, onde foi realizado o estudo, 90% das propriedades rurais são da agricultura familiar, dando destaque para os alimentos que estas propriedades produzem para o sustento da população. No município, a média do tamanho das áreas das propriedades são em torno de 8,8 ha, o que as caracterizam como propriedades pequenas, mas que representam mais de 20% do ICMS do município.

Quanto à menção da produção para autoconsumo na época de seus pais, os entrevistados em todas as propriedades foram seguros em afirmar que se produzia muito mais alimentos do que hoje, por diversos motivos, entre eles a disponibilidade da mão de obra (as famílias eram maiores), a grande distância para as vendas e a dificuldade em se locomover, além da troca de produtos com os vizinhos, a chamada inserção social.

Nas dez propriedades entrevistadas, todas mantêm a produção para o autoconsumo, mas cada uma com suas peculiaridades e intensidades. A horta e o

pomar estão presentes em todas, conforme os entrevistados, trata-se de algo indispensável na obtenção de alimentos fresquinhos e sem agrotóxicos. O que varia são os demais produtos produzidos, sua quantidade e os fatores que impossibilitam a sua produção. Os alimentos que mais foram citados na pesquisa são: carne, ovos, batata doce, aipim, leite, feijão, além da horta e do pomar.

Outro aspecto a ressaltar, que é abordado em outras pesquisas de diversos autores, trata-se dos três fatores principais para a produção dos alimentos para o consumo familiar, que são a segurança alimentar, a renda não monetária e a inserção social. Observou-se que nos apontamentos dos entrevistados, a qualidade dos alimentos, sem o uso de agrotóxicos (segurança alimentar), produtos com custos mais baixos (economização) foram citados, mas em nenhuma das entrevistas se mencionou a questão da troca de produtos com os vizinhos, devido ao fato de algumas propriedades não produzirem mais ou somente produzirem o essencial, e que essas gerações mais novas não possuem mais aquele contato com os vizinhos que seus pais e avós possuíam.

Quanto ao objetivo da representatividade da produção para o autoconsumo nas rendas das famílias, apontou-se que nas propriedades a produção para o autoconsumo representa, em média, 10% na renda das famílias. Pode-se considerar um valor relevante, visto que nas maiorias das propriedades não é calculado o valor final, somente o fato de ser mais barato produzir do que comprar no supermercado.

Apesar de todos os incentivos que o STR, a EMATER e a prefeitura disponibilizam para que essa produção continue nas propriedades, parece que não será o suficiente, visto que as propriedades estão cada vez mais diversificando suas atividades, e por exigência das empresas, dependendo da atividade não é permitido que se produza de forma caseira, como as empresas integradoras do segmento de aves não permitem que o produtor crie galinhas caipiras.

O estudo poderá servir de sugestão para novos trabalhos a serem realizados pelos colegas do curso de Administração com linha de formação em Negócios Agroindustriais, para aprofundar os fatores relevantes em relação à produção para o

autoconsumo em outros municípios, a fim de mencionar a relevância desta produção nas propriedades rurais.

Assim, de acordo com os objetivos estabelecidos, pode-se concluir que através da realização das dez entrevistas com as mulheres das propriedades rurais, os objetivos foram alcançados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexo sobre o caso brasileiro. Ed. Vozes Ltda, 1987.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6^o ed. São Paulo: Atlas, 2003

ANDRADE, José Geraldo de; GUIMARÃES, José Mário Patto; MORAIS, Vander Azevedo; SOUZA, Ricardo de; VIEIRA, Guaracy. **A administração da fazenda**. 3^o ed. São Paulo, 1990.

ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei n.11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 29 ago. 2015.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 16^o ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CHERQUES, Hermano Roberto Thiry. **Saturação em pesquisa qualitativa**: estimativa empírica de dimensionamento. Revista PMKT 03, completa 4 cores: Layout 1, 2009.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.faculadecna.com.br/agronegocio#.VeJIDSVViko>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

EMATER-RS- Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Estudo de situação**. Teutônia, 2013.

FEE- Fundação de Economia e Estatística. **Perfil socioeconômico**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Taquari>> Acesso em: 14 set. 2015.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FLORES, Aécio Witchs; RIES, Leandro Reneu; ANTUNES, Luciano Medici. **Gestão rural**. Ed. dos autores, 2006.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GAZOLLA, Marcio; GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural**. Agroalimentaria, Vol.16, nº 31. Impresso em Julho – dezembro de 2010.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. Estud. Soc. Agric. Rio de Janeiro, Vol. 15, nº 1, 2007

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

GRISA, Catia; SCNEIDER, Sergio. **“Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul**. Piracicaba-SP, Vol.46, nº 02. Impresso em junho 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 29 ago.2015

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico de Teutônia**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432145>>. Acesso em: 11 out. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Aquisição alimentar domiciliar per capita anual**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=pofaquisicaoalimentar>> Acesso em: 11 out. 2015.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura Fundiária**. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf >. Acesso em: 31 ago. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional, uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000.

MALHOTRA, K. Naresh K. **Pesquisa de marketing: Uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: edição compacta**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia Agrícola: Princípios básicos e aplicações**. Curitiba: Scientia et Labor, 1989.

JUNIOR, João Batista Padilha; MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Airton Engster do. **Vale do Taquari – entre vales e montanhas do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/vale-do-taquari-entre-vales-e-montanhas-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 11 out. 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Roni Antonio Garcia da. **Administração rural: teoria e prática**. 2º ed. Curitiba, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2^o ed. Rio de Janeiro, 1976.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.**

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011](#))

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.7.2006

APÊNDICE B – Lista de Questões

Lista de questões

Roteiro para entrevistas:

Propriedade (identificação do pesquisador): _____

1- Estrutura familiar:

1.1- Principal condição que ocupa no núcleo familiar:

1.2- Idade (anos):

1.3- Escolaridade (até que série estudou):

1.4- Número de pessoas na família:

1.5- Escolaridade dos membros da família?

1.6- Ocupação profissional dos membros da família?

1.7- Qual a renda familiar mensal?

2. Propriedade

2.1 Quantos anos vivem na propriedade?

2.2. Como essa propriedade foi adquirida?

2.3- Qual a principal atividade de produção?

2.4- Tamanho da propriedade (Hectares)?

2.3- Propriedade é integrada?

3. Percepção passado x presente

3.1- Como era a vida no tempo de seus pais? Quais as principais mudanças desse tempo para o de hoje? (Como plantavam, o que produziam, o que compravam fora).

3.2- Houve mudança na alimentação da sua família se comparando ao tempo de seus pais?

3.3- Quais os alimentos que seus pais costumavam produzir e que sua família ainda produz?

3.4- Em sua opinião, nos dias de hoje as pessoas comem mais e melhor que antigamente?

4- Atualmente

4.1- Como são feitas as refeições da família?

4.2- Onde ocorrem os maiores gastos da família?

4.3- Existe criação na propriedade para consumo da família? Caso afirmativo, informe qual? Quem se dedica a elas?

4.4- Existe horta, pomar na propriedade?

4.5- Quais os alimentos que a família produz para o autoconsumo?

4.6- A família tem idéia de quanto gastaria se comprasse esses alimentos? Caso afirmativo, informe o valor.

4.7 Caso compre alimentos fora, onde são adquiridos?

5- Quais os fatores que determinam a produção para o autoconsumo?

APÊNDICE C – Quadro 2 – Alimentos produzidos para o autoconsumo em cada propriedade

Propriedades Produtos	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Alface	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Chuchu						x	x		x	
Brócolis	x		x	x	x		x			
Beterraba					x	x	x	x	x	x
Cebola	x						x		x	
Cebolinha	x						x	x	x	
Cenoura					x	x	x	x	x	x
Pepino	x	x					x	x	x	
Repolho	x	x			x	x	x	x	x	x
Alho	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Bergamota	x	x	x		x	x	x	x	x	x
Pera			x							
Morango						x				
Banana						x	x			
Laranja	x	x	x		x	x	x	x	x	x
Leite	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ovos	x	x		x	x	x	x			
Carne	x	x	x	x	x	x		x	x	x
Feijão	x	x	x		x	x	x		x	
Batata doce	x	x	x			x	x		x	
Aipim	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Schmier	x									
Pão	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Queijo		x		x			x			
Mel		x						x		

Fonte: Do autor, com base nos dados da pesquisa.

APÊNDICE D – Quadro 3 – Apuração dos valores dos produtos por agrupamento.

Propriedades Produtos	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Hortifruti	R\$ 106,55	R\$ 225,82	R\$ 263,17	R\$ 211,36	R\$ 212,10	R\$ 344,42	R\$ 121,97	R\$ 180,66	R\$ 244,36	R\$ 164,96
Lácteos	R\$ 21,66	R\$ 54,15	R\$ 54,15	R\$ 64,98	R\$ 43,32	R\$ 54,15	R\$ 21,66	R\$ 43,32	R\$ 54,15	R\$ 43,32
Carne, ovos e mel	R\$ 100,87	R\$ 225,11	R\$ 212,00	R\$ 262,23	R\$ 174,81	R\$ 218,11	R\$ 2,44	R\$ 175,53	R\$ 212,00	R\$ 169,93
Produtos oriundos da Lavoura	R\$ 14,66	R\$ 36,67	R\$ 36,67	R\$ 11,20	R\$ 15,89	R\$ 36,67	R\$ 14,66	R\$ 7,46	R\$ 36,67	R\$ 7,46
Transformação caseira	R\$ 35,54	R\$ 89,51	R\$ 61,40	R\$ 107,40	R\$ 49,10	R\$ 61,40	R\$ 35,79	R\$ 49,10	R\$ 61,40	R\$ 49,10
Total P/Propriedade (R\$)	R\$ 279,28	R\$ 631,26	R\$ 627,39	R\$ 657,17	R\$ 495,22	R\$ 714,75	R\$ 196,52	R\$ 456,07	R\$ 608,58	R\$ 434,77

Fonte: Do autor, com base nos dados da pesquisa.